



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades.
Sub-eixo: Ênfase em Raça e Etnia.

“OLHA, NEGA DO CABELO DURO”: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE VULNERABILIDADE DA MULHER NEGRA NO BRASIL

Noême de Jesus Rodrigues Santiago¹
Nair de Jesus Rodrigues²

Resumo: Este artigo aborda do ponto de vista histórico aspectos socioeconômicos, políticos, culturais e ideológicos que contribuíram para o processo de vulnerabilidade e da mulher negra na sociedade atual. A compreensão desta dinâmica contribui para a formulação de novas de enfrentamento das várias formas de expressão da questão social advindas do processo de discriminação e negação de direitos às mulheres negras. Além de permitir a formação de uma visão crítica sobre o processo sexista e racista que fomentou essa desigualdade.

Palavras-chave: Capitalismo. Mulher Negra. Racismo. Vulnerabilidade.

Abstract: This article discusses the historical point of view socioeconomic, political, cultural and ideological aspects that contributed to the process of vulnerability and black women in today's society. Understanding this dynamic contributes to the development of new coping the various forms of expression of the resulting social issue of discrimination and denial of rights to black women process. Besides allowing the formation of a critical view on the sexist and racist process that fostered this inequality.

Keywords: Capitalism. Black Women. Sociocultural aspects. Racism. Vulnerability

1 INTRODUÇÃO

Para compreender a vulnerabilidade da mulher negra na sociedade brasileira atual, é preciso fazer um resgate histórico dos aspectos socioculturais, econômicos político e ideológicos que contribuíram para esta problemática.

Nessa perspectiva, é importante destacar que a vulnerabilidade da mulher negra advém da formação sociopolítica ideologicamente construída no Brasil, cuja hierarquização pelas relações de gênero, raça e classe, colocam a mulher negra na base da pirâmide social, e isso, além de perpetuar o machismo e o racismo, gera discriminação e exclusão. A compreensão desse processo contribui para desmistificar estigmas preconceituosos que responsabilizam a mulher negra por sua condição geralmente precária na sociedade brasileira.

¹ Profissional de Serviço Social. Universidade Federal do Maranhão. E-mail: <noemejrodrigues@yahoo.com.br >.

² Profissional de Serviço Social. Universidade Federal do Maranhão. E-mail: <noemejrodrigues@yahoo.com.br >.

Outro aspecto fundamental, que torna necessária a compreensão da dinâmica histórica que resulta na vulnerabilidade da mulher negra¹ na sociedade patriarcal, classista, racista e sexista é o fato destas constituírem a maioria das usuárias dos programas sociais de transferência de renda como o Programa Bolsa Família. E também pela necessidade de instituir políticas públicas de ações afirmativas particularizadas para essas mulheres, principalmente porque as negras são as principais vítimas de violência doméstica, recebem os menores salários e conseqüentemente possuem menos chance de ascensão social.

Portanto, este trabalho tem por objetivo resgatar elementos socioculturais, econômicos político e ideológicos que contribuíram para a vulnerabilidade da mulher negra na sociedade brasileira contemporânea, a fim de despertar um olhar crítico, consciente e fundamentado sobre os fatores que levaram a esta realidade e que possam possibilitar o enfrentamento da questão social advindas deste processo. Nessa perspectiva,

[...] é igualmente demandado que o foco das políticas públicas direcione-se para a análise dos processos que contribuíram para este estado de coisas, remetendo à necessidade de inserir a perspectiva de raça e gênero nas políticas públicas, promovendo a realização da proposta da transversalidade, como resignificação das políticas públicas (Dossiê Mulheres Negras do Ipea, 2009, p. 129)

Nesse sentido, abordar-se-á referências históricas que caracterizam a estrutura social, econômica e política que situam o papel da mulher negra na sociedade brasileira colonial, período desencadeador de todo o processo de vitimização, exclusão e fundante da imagem pejorativa e subalternizada, e como essa representação se expressa nas relações sociais até os dias atuais.

2 ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O PROCESSO DE OPRESSÃO DA POPULAÇÃO DA NEGRA NO BRASIL

As irrupções das Américas no século XV por invasores europeus tinham como intenção principal a acumulação primitiva de capital, visando à obtenção de lucros. Essa empreitada, implicou a necessidade de mão de obra para explorar os recursos naturais, e como resolutiva, os opressores portugueses no Brasil, recorreram a escravidão dos negros a fim de explorar sua força de trabalho.

Dessa forma, a escravidão moderna, também denominada de escravidão negra, se caracteriza pela aquisição de cativos africanos na Costa do Marfim e no Sudão, através do tráfico pelo Transatlântico. No Brasil, a história do negro é iniciada com a chegada do primeiro navio negreiro neste território, durante o governo de Tomé de Sousa por volta de 1550, cujo escopo principal era transformá-los em trabalhadores escravos para atuarem na agricultura, na mineração e nas mais variadas modalidades de serviço, principalmente porque a maioria provinha de uma economia agrícola adiantada em seus países de origem.

Eram homens, mulheres e crianças, sendo que alguns pertenciam à nobreza e haviam sido capturados nas diversas regiões da África como Guiné, Congo, Angola, Costa do Marfim e Moçambique. Esses foram trazidos principalmente para o nordeste brasileiro, onde eram imediatamente separados do seu grupo linguístico e cultural africano para evitar comunicação, segundo afirma Bezerra e Colaço (2008).

Ressalta-se que a escravidão pode ser entendida como um sistema de trabalho no qual o indivíduo escravizado é propriedade de outro, e comumente era usado como símbolo do poder e prestígio do senhor, cuja importância social era avaliada pela quantidade de negros escravizados que possuía. Embora produzisse riqueza, não podia usufruir desses bens, e no status de mercadoria, ele mesmo representava riqueza, que podia ser negociada em qualquer tipo de transação comercial, como venda, aluguel, doação e leilão.

Portanto, a escravidão foi uma instituição econômica de primeira importância para o advento do capitalismo nas Américas, visto que não havia trabalhadores livres em número suficiente nas colônias para atender à crescente demanda produtiva, e também para garantir a produção ininterrupta, foi adotada a escravidão nas colônias para exportação.

No campo ideológico, embora autores como Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala* (2005) afirme que a escravidão no Brasil foi mais amena do que em outros países, e que essa relação entre o escravo negro e senhor era de comum acordo, é válido ressaltar, entretanto, que os negros não aceitavam passivamente a condição imposta, e a resistência se deu através das fugas para quilombos, revoltas, insurreições e até mesmo o suicídio.

Sendo importante destacar que, os negros escravizados eram submetidos desde a exploração do trabalho doméstico à exploração sexual, além de estarem suscetíveis a vivenciarem austeras punições caso intentassem fugas ou resistência.

Outro aspecto importante, é que no período colonial brasileiro a sociedade escravista se estruturava hierarquicamente em duas partes antagônicas, em que os senhores brancos eram considerados superiores e os negros e indígenas, inferiores.

Assim, as diferenças étnicas, como a cor da pele, funcionavam como fator de diferenciação e barreiras sociais.

Com a industrialização no Brasil devido a pressão da Inglaterra no século XIX, foram trazidos imigrantes europeus e asiáticos para trabalharem como mão de obra nesta nova ordem econômica liberal. Assim, em 1888 foi decretado o fim da escravidão no Brasil, sem, contudo haver a integração do negro no mercado de trabalho, mantendo-os em condições de extrema pobreza corroborando para a mortalidade infantil, desnutrição, doenças e outras mazelas sociais.

Com a instauração da Primeira República (1889-1930) no Brasil, conforme relata Senra (2011), foi difundida a teoria do branqueamento, isso se deve a associação do negro ao atraso do período colonial, devido erroneamente atribuí-lhe inferioridade intelectual. E como ação política do Estado a fim de incentivar a mestiçagem, se intensificou a imigração europeia, a partir de decretos constitucionais o que intensificou a discriminação racial/étnica. É importante destacar que o processo de branqueamento, foi uma ideia difundida pela elite brasileira, a fim de fortalecer sua supremacia econômica, política e social.

Em consequência de todo esse processo histórico de exclusão e discriminação devido a raça/etnia e classe social, até os dias atuais, a população negra torna-se a principal vítima de opressão, da baixa escolaridade, violência e falta de oportunidade de ascensão social, dentre outras expressões da questão social, o que também o impossibilita galgar melhor condição de vida e trabalho.

2.1 Notas reflexivas sobre a opressão vivenciada pelas mulheres negras no Brasil

Historicamente, a mulher negra encontra-se na base da pirâmide social, devido o fomento de mecanismos de reprodução de hierarquias e desigualdades, que produzem condições diferenciadas de acesso a direitos e oportunidades da exclusão étnico/racial, da discriminação por classe social e também devido ao sexismo.

Nesse sentido, Hahner (1978, p. 119) afirma que, “ser ao mesmo tempo mulher e negra, no Brasil como em vários outros países, já deu provas históricas de ser uma dupla desvantagem; as negras continuam a ocupar as posições mais baixas na sociedade”.

Reportando ao Brasil colonial, a mulher negra e escravizada, nessa conjuntura trabalhavam nas variadas modalidades de serviço na roça e também foram usadas por seus senhores como tecelãs, fiandeiras, rendeiras, carpinteiras, azeiteiras, amas-de-

leite, parteiras, pajens, cozinheiras, costureiras, engomadeiras e mão de obra para todo serviço doméstico. Além disso, atendiam as senhoras brancas, sinhás, em suas necessidades diversas e serviam de mucamas, atendendo aos interesses sexuais dos homens brancos, o senhor.

A mulher negra, além de sua função no sistema de produção escravista, desempenhava também um papel sexual. Assim, sua reificação se faz ainda mais clara na medida em que ela funciona como objeto sexual de seu senhor. O fruto desse envolvimento produz tensões culturais e sociais, pois gerou o mulato, cujo lugar aquela sociedade ainda estava por determinar. (RIBEIRO, 2007, p.105)

Gilberto Freyre em sua obra *Casa Grande e Senzala* (2005), afirma que a miscigenação no Brasil Colônia foi um processo de democratização racial, que permitiu a aproximação da casa grande e da senzala, e cujo envolvimento sexual entre o senhor e a escrava ocorreu de forma consensual e cordial que possibilitou a ascensão social do mestiço.

Freyre descrevia pejorativamente a mulher negra, chamando de fácil que seduzia o homem devido “a depravação com a sua docilidade de escrava; abrindo as pernas ao primeiro desejo do sinhô-moço. Desejo, não: ordem” (FREYRE, 2005, p. 456). Assim, conforme, Freyre a falta de moral da mulher negra, a fim de corromper a família foram os motivos dos abusos a que fora submetida.

No entanto, Carvalho (2006) refuta tal ideia afirmando que na conjuntura social patriarcal, machista, a mulher negra foi trata como objeto e por isso é vítima desse sistema, e portanto, não pode ser culpabilizada pela violência sofrida, como se a mesma provocasse tal situação de abusos, enquanto o violentador é inocentado pela ideologia de Freyre.

Como forma de justificar ou humanizar os abusos contra a mulher e o homem negros e indígenas em diversas situações e as posteriores construções que degradaram sua imagem como criaturas desprovidas de qualquer tipo de decência moral, Freyre elabora uma separação entre escrava e negra. Essa divisão permite ao autor atribuir todas as características não positivas vinculadas à negra à figura da escrava; submetida aos desejos do homem branco, quem seria o verdadeiro corruptor, mas que, devemos insistir, sai com as mãos limpas na narrativa de Freyre, compensado pelo “enorme” esforço da colonização. Em muitos momentos, a escrava passa de vítima a algoz no sistema de economia canavieira, do patriarca, sendo a ela vinculado o papel de corruptora da família patriarcal, seja na língua ou na forma de se comportar. Ela passa de prostituída e violada àquela que é voluntariamente prostituta pela atração pelo homem branco. (CARVALHO, 2006, p. 60)

Nesse contexto, ser mulher, negra e escrava dentro de uma sociedade extremamente preconceituosa, opressora e sexista, deixavam as mulheres negras em

situação de vulnerabilidade à exploração econômica e sexual, além da violência física e psicológica. Nessa perspectiva, conforme afirma Giacomini (1982, p. 26),

A escrava além do trabalho deveria ainda oferecer o corpo tanto como ama de leite ou como amante pois a negra é coisa, pau para toda obra, objeto de compra e venda em razão de sua condição de escrava. Mas é objeto sexual, ama de leite, saco de pancada das sinhazinhas, porque além de escrava é mulher. evidentemente essa maneira de viver a chamada 'condição feminina' não se dá fora da condição de classe (...) e mesmo de cor.

Até mesmo a literatura foi utilizada para corroborar com a ideia de que a mulher negra era desprovida de moral, conforme Silva (2012, p. 8) identifica em sua análise sobre o romance naturalista *Lucinda, a mucama*, de Joaquim Manoel de Macedo:

Lucinda é, na verdade, o produto de uma sociedade escravocrata que marginaliza duplamente a mulher escrava. Muitas vezes taxada de imoral na narrativa por não seguir uma norma de conduta e moralidade imposta pela sociedade livre da época e que seguia os parâmetros da cultura europeia. Sua condição de escrava não permite que a mesma seja vista de maneira diferente a não ser como escrava-objeto. (SILVA, 2012, p.8)

Outro aspecto, descrito por Silva (2012) é a descrição de Lucinda como uma mulher sensual, inteligente e de modos refinados, no entanto, é discriminada por ser negra e não se igualar ao estereótipo da mulher branca e também por agir conforme aspectos condizentes a sua cultura social. Nesse sentido,

Lucinda representa a classe dos escravos que não tem direito a nada, que não tem domínio sobre si mesmo e que é tratada apenas como coisa. Ela é a moeda de compra e troca de seus senhores, enquanto lhe traz lucros e não lhe cria problemas maiores, a escravizada é mantida no seio da família, como peça importante para a realização das tarefas domésticas e muitas vezes para satisfazer os desejos sexuais de seus senhores (SILVA, 2012, p.12).

Tais ideologias foram difundidas no intuito de persuadir os leitores de que a escravidão era algo prejudicial ao senhor, pois o escravo era inimigo que colocava as famílias brancas em contato com a corrupção e degeneração moral. Por isso nas obras produzidas nesse período o negro é comumente descrito com estereótipos negativos.

Entretanto, conforme destaca Silva (2012), o principal objetivo dos escritores abolicionistas, como Macedo, era o desenvolvimento econômico e tecnológico do Brasil, e também devido pressão de países como a Inglaterra que estava vivendo o período de formação do grande Império Britânico a partir da expansão da economia capitalista, cujo processo foi denominado de neocolonialismo. Nesse contexto socioeconômico do século XIX, muitos intelectuais defendiam a abolição e a substituição dos escravos por

trabalhadores brancos que imigrariam de países europeus, a fim de embranquecer a nação.

Referindo a questão étnico-racial e social, a mulher negra vivencia um processo histórico discriminatório que reforçam estereótipos preconceituosos. A título de exemplificação, por causa do cabelo, as negras são alvo de ofensas, nos quais são utilizados termos pejorativos e depreciativos, como nega do cabelo duro e palha de aço.

Reiterando essa ideia, Pereira (2012, p. 38) acrescenta que “a aparência, traços físicos e cabelos, das mulheres negras também são associadas a feiura, principalmente, por não fazer parte do “padrão estético” estabelecido socialmente, isto é, traços associados as pessoas brancas”.

Em relação a vida conjugal, as mulheres negras eram impedidas de constituir família, pois assim, ficaria mais difícil comercializar os escravos.

A questão do casamento entre os escravos não era interessante aos senhores na medida em que era desfavorável quanto ao fator econômico. Isso porque a mobilidade de sua mercadoria ficaria limitada. A separação de cônjuges negros por parte dos interesses senhoriais só é proibida a partir da Lei Rio Branco, de 1871 (RIBEIRO, 2007, p.109)

Assim, muitas mulheres negras viviam sozinhas, e se tornavam mães solteiras e cabendo somente a elas a criação dos filhos até que fossem separados pelos mais variados motivos. Silva (2010, p. 3) descreve que comumente crianças eram abandonadas devido o aumento das despesas para os senhores e também *“para que a mãe negra passasse a desempenhar com menor intensidade suas tarefas visto que teria de dedicar-se ao filho”*.

Como geralmente não podiam dedicar-se aos cuidados dos seus filhos, já que realizavam vários trabalhos, além de amamentarem os filhos das senhoras brancas, os filhos das negras comumente morriam ou ficavam abandonados. Isso mostra a negação dos direitos reprodutivos da mulher negra ao longo da história.

Como os filhos das negras eram muito precocemente separados das mães, a mortalidade entre eles era altíssima. A negação do direito à maternidade representa a negação da condição de mulher à escrava, na medida em que a sociedade da época reconhecia a mulher, sobretudo, no papel de mãe. (, RIBEIRO, 2007, p.110)

No geral, a mulher negra não aceitava passivamente a condição de oprimida. E de certa forma valiam-se da astúcia para resistir a violência a que eram submetidas. Fazendo referência ao trabalho de Karasch, Figueiredo et al (2012, p. 13), afirma que,

A mulher negra, [...], se utilizava de inúmeros subterfúgios para se defender. A recusa ao trabalho, o infanticídio cometido pelas reprodutoras ou parideiras, e mesmo o risco de envenenamento pelas cozinheiras, eram práticas temidas pelos senhores.

Diante dessa explanação, percebe-se que atual situação de vulnerabilidade da mulher negra no Brasil é resultado do período de escravidão, ideologicamente arquitetado. Indicadores sociais divulgados em pesquisas realizadas nos últimos anos mostram que a mulher negra apresenta maior chance de ser vítima de violência e discriminação, além de trabalhar mais e ter menor remuneração no mercado de trabalho, o que torna mais difícil sua ascensão social. Assim, mulheres negras continuam na base da pirâmide social.

No que se refere a condição socioeconômica da mulher negra, segundo o Dossiê Mulheres Negras do Ipea (2013) indicadores mostram que embora tenha havido avanços devido as políticas assistenciais de caráter afirmativo, as mulheres negras, ainda vivenciam situações de trabalho mais precária, geralmente associado ao trabalho doméstico. Nesse sentido, Custódio (2005) afirma que a mulher negra recorreu ao trabalho doméstico, devido à escassez de se inserir no mercado após a imigração europeia, assim,

Não por acaso, esse tipo de trabalho possivelmente era o que mais lembrava a escravidão, tanto pela má remuneração, quanto pela precariedade dos horários e pelo controle da vida do empregado. (CUSTÓDIO, 2005, p. 41)

As mulheres negras constituem a maioria das empregadas no trabalho doméstico, além de ser o grupo com menor incidência de carteira assinada, sendo que apenas 1,2% dessas mulheres encontram-se na posição de empregadoras. E a maioria são chefes de família, de acordo com o Dossiê Mulheres Negras do Ipea (2013, p. 129):

Além do acesso ao mercado de trabalho, a desigualdade se reflete na ocupação de posições de menor prestígio e remuneração. As mulheres negras estão sobrerrepresentadas no trabalho doméstico – são 57,6% dos trabalhadores nesta posição – e têm a menor presença em posições mais protegidas, como o emprego com carteira assinada.

Lima et al (2013) verifica a estratificação social, e conclui que as mulheres negras continuam com nível de escolaridade baixo, se comparado a mulher e ao homem branco, embora tenham sido o grupo que mais ampliou as taxas de escolarização no nível médio e superior. No entanto, o aumento do nível de escolaridade das mulheres negras não significou um melhor posicionamento no mercado de trabalho, pois

continuam encontrando dificuldades para obter vantagens no mercado de trabalho, embora tenha melhorado sua qualificação.

Esses dados evidenciam que, apesar dos nítidos avanços educacionais da população feminina brasileira, elas, e principalmente as mulheres negras, encontram fortes barreiras para converter suas melhores qualificações em maiores vantagens no mercado de trabalho (LIMA et al, 2013, p.63).

Outro dado, refere-se ao desemprego, enquanto o percentual das mulheres brancas é de 9,2%, em finais dos anos 2000, as das mulheres negras é 12,5%. E quando empregada, as mulheres negras possuem rendimentos de apenas 30% do que recebe os homens brancos (IPEA, 2013).

No que se refere a violência física, os dados do Ipea apresentados no Dossiê sobre mulheres negras (2013, p.150), revelam que estas são vítimas de violência em especial no âmbito doméstico/familiar, em que seus cônjuges são os principais agressores, e que em relação as mulheres brancas as mulheres negras geralmente não procuram os meios legais para denunciar. Acredita-se que está situação agrava-se com negligência com que são tratadas as denúncias.

Uma das possíveis explicações para essa diferença é o descrédito com que as denúncias de mulheres negras são tratadas em uma sociedade racialmente desigual,[...] ou seja, o racismo institucional. (Dossiê Mulheres Negras do Ipea,2009, p. 128)

Como afirma Sueli Carneiro, as negras são antimusa. Isso ocorre devido ao estereótipo associado a mulher negra propagado pela mídia que contribuem para vulnerabilidade da mulher negra na sociedade brasileira. Para ratificar, o Dossiê Mulheres Negras do Ipea (2009, p. 128) afirma que,

[...] aspectos que contribuem para a vitimização das mulheres negras, como a exploração da sua imagem pela mídia nacional como objetos sexuais, mulheres violentas; propagandas em que são vistas como produto sexual e nacional a ser consumido no exterior – imagem da mulata e o carnaval –, tráfico internacional de mulheres; e outros.

3 CONCLUSÃO

Mediante ao exposto neste artigo, compreende-se que a vulnerabilidade da mulher negra na sociedade brasileira atual, decorre de um processo sócio histórico e ideológico de exclusão, a qual foi submetida.

Desde o período colonial, a mulher negra é vitimizada, devido à violência física, psicológica e a estereótipos que associam a sua imagem a degradação moral e sexual. E essa dinâmica, resultou na precarização das relações sociais da maioria dessas mulheres, e conseqüentemente também, em sua ascensão econômica e social, devido possuírem menos oportunidade no mercado de trabalho.

Assim, torna-se de suma importância e urgência a construção de políticas específicas para proteger as mulheres negras de todo e qualquer tipo de negligência, desigualdades e violência. Por tanto, se faz necessário a construção de novas formas de enfrentamento das variadas formas de expressão da questão social que envolve esta temática. Afim de possibilitar o empoderamento das mulheres negras visando a superação das desigualdades.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Hallyson Alves. COLAÇO, Fernando Joaquim Mendes. **A realeza africana e as relações hierárquicas no Brasil escravista**. Anais Do I Encontro Internacional de História Colonial – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. ISSN 1518-3394. Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais. Acesso em 03 jul. 2014.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estudos avançados 17 (49), 2003. p.117- 132. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008>. Acesso em: 01 jul 2014.

CARVALHO, Layla Pedreira de. **Continuidades da narrativa Freyriana na construção de imagens das mulheres brasileiras** Em Tempo de Histórias - Publicação do Programa de Pós-Graduação em História PPG-HIS/UnB, n.10, Brasília, 2006

CUSTÓDIO, Meliza da Silva. **Mulher Negra: da inserção na história a inserção na propaganda**. Revista de Iniciação Científica da FFC, v. 5, n. 1/2/3, p. 37-49, 2005.

FIGUEIREDO, Adriana do Carmo. SILVA, Luiz Henrique Dias Da. et al. **Racismo cordial desconstruído: uma leitura póspositivista do papel da mulher negra no brasil colonial**. Disponível em: revistas.unibh.br/index.php/dchla/article/download/912/590. Acesso em 28 jun. 2014

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 2005.

GIACOMINI S, Maria. **Mulher e escrava, uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil**. Local: Vozes, 1988.

HAHNER, June E. **A mulher no Brasil**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.

IPEA. **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes et al..- Brasília : Ipea, 2013.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [et al.]. 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>

LIMA, Márcia. RIOS, Flavia. FRANÇA, Danilo. **Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009)**. In: Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes [et al.].Brasília: Ipea, 2013.

LUNA, Luiz. **O Negro na luta contra a escravidão** .. Leitura: Rio de Janeiro, 1968.

PEREIRA, Lília Campos. **A construção da identidade da mulher negra no Brasil**. XV CONGRESO INTERNACIONAL DE HUMANIDADES, PALABRA Y CULTURA EN AMÉRICA LATINA: Herencias y desafíos Tema: Valores y creencias en el contexto sociolingüístico y cultural latinoamericano Facultad de Historia, Geografía y Letras. Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación, Santiago de Chile. 17, 18 y 19 de octubre, 2012. Disponível em: <<https://slidex.tips/download/a-construao-da-identidade-da-mulher-negra-no-brasil>>. Acesso: 29 maio 2018.

RIBEIRO. Manoel Pinto. **A mulher negra e a MPB (1930-1945)**. Programa de Pós graduação CAPES: 2007. Disponível em www.dominiopublico.gov.br/pesquisa. Acesso em 01 jul. 2014

SENRA, Iara Andrade. **A Identidade Nacional e a questão racial em Oliveira Vianna**. Universidade Severino Sombra Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: http://www.uss.br/arquivos/posgraduacao/strictosensu/historiasocial/dissertacoes/lara_Andrade_Senra_2011.pdf. Acesso em 30/ 07/ 2014.

SILVA. Andréa Marques da. **Lucinda, a mucama**: a representação da mulher escravizada em vítimas algozes de Joaquim Manoel de Macedo. Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.2, n.1, 2012.

SILVA, Maria da Penha. **Mulheres negras: sua participação histórica na sociedade escravista** .Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.1, n.1, 2010.